

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

ANDES-SN – ANFFA-Sindical – ASFOC-SN – ASMETRO-SN – ASSIBGE-SN - CGTB - CNTSS – CONDSEF – CSPB - CSP/CONLUTAS – C.T.B – CUT - FASUBRA - FENAJUFE – FENAPRF – FENASPS – INTERSINDICAL - PROIFES – SINAIT – SINAL - SINASEFE – SINDCT - SINDIFISCO-Nacional – SINDIRECEITA – SINTBACEN – UNACON-Sindical

Reunião do FONASEFE (virtual) – 23/04/2020

Entidades presentes:

ANDES-SN (Eblin, Luiz Blume), **SINDIFISCO-NACIONAL** (Kurt), **FASUBRA** (Valdenise, Toninho), **CSP-CONLUTAS** (Adriana, Zanata-assessoria), **FENASPS** (Moacir), **ASSIBGE-SN** (Cleiton), **ASFOC-SN** (Paulinho, Luciano), **CONDSEF** (Rogério), **SINASEFE** (Lobão), **SINAIT** (Marco Aurélio), **FENAJUFE** (Cristiano), **SINDIRECEITA** (Geraldo Pessoa) **UNACON-SINDICAL** (Rudinei).

Pauta:

- 1- Informes
- 2- Conjuntura
- 3- Encaminhamentos

INFORMES:

- **ASSIBGE-SN** acompanha com atenção dos desdobramentos advindos da edição da MP 954, que de forma repentina e sem diálogo com a sociedade ou mesmo com os trabalhadores do instituto estabeleceu a obrigatoriedade das operadoras de telefonia repassarem ao IBGE nomes, telefones e endereços dos usuários. Ao menos 3 partidos políticos já ajuizaram ações de controle de constitucionalidade, bem como a OAB, fato ao qual soma-se duras críticas publicadas na imprensa, o que traz preocupação à entidade na medida em que podem comprometer a boa imagem da instituição e, dentre outras coisas, até mesmo prejudicar a realização dos trabalhos de coleta de dados. O sindicato também está reivindicando que seja paga uma compensação aos trabalhadores pelos gastos excepcionais advindos do teletrabalho, pleito este que, entende, a discussão seria do interesse do fonasefe. A entidade está reivindicando ainda que, no decorrer das medidas excepcionais decorrentes da pandemia, não haja a demissão de trabalhadores temporários e terceirizados.
- **ANDES-SN** O ANDES-SN realizou sua primeira reunião online com suas seções sindicais, reunindo cerca de 51. Continuamos empenhados no incremento da comunicação online com nossa categoria, essa semana terá início a divulgação de spot de rádio por todo o Brasil. Também orientamos nossas seções sindicais a entrar com ação na administrativa e na justiça contra IN28/2020 que retira os adicionais dos professores/as no período da pandemia, continuamos a luta contra a imposição do EaD em substituição ao ensino presencial. Continuamos no envolvimento das ações de solidariedade em várias partes do país, com doação de alimentos para periferias, compra de material de proteção para as pessoas que estão na linha de frente da distribuição nas favelas do RJ, entre outras ações.
- **CONDSEFE** enviou informe que segue em anexo.

ENCAMINHAMENTOS:

- 1- Sobre a situação dos servidores temporários, substitutos e outras modalidades precárias de contrato: Levar a discussão para reunião das assessorias jurídicas do FONASEFE avaliar ações pra garantir os vencimentos e os direitos desses trabalhadores. Protocolar documento do

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

ANDES-SN – ANFFA-Sindical – ASFOC-SN – ASMETRO-SN – ASSIBGE-SN - CGTB - CNTSS – CONDSEF – CSPB - CSP/CONLUTAS – C.T.B – CUT - FASUBRA - FENAJUFE – FENAPRF – FENASPS – INTERSINDICAL - PROIFES – SINAIT – SINAL - SINASEFE – SINDCT - SINDIFISCO-Nacional – SINDIRECEITA – SINTBACEN – UNACON-Sindical

- FONASEFE no Ministério da Economia e para os parlamentares apresentando a exigência do Fórum sobre a garantia dos rendimentos desses trabalhadores. (responsável: ASSIBGE-SN)
- 2- Protocolar carta do FONASEFE contra a saída precipitada do isolamento social e o problema da falta de EPI's no Ministério da Economia e da Saúde (responsável FENASPS).
Discutir com as assessorias jurídicas do FONASEFE medidas para impedir as tentativas do Governo Federal de obrigar a reabertura dos órgãos públicos não essenciais.
 - 3- Conta da CNESF para depósito da contribuição de R\$ 200,00 relativa ao impulsionamento das *lives* do FONASEFE. **ANDES-SN, Banco do Brasil, Ag. 3599-8, c/c 437.525-4, CNPJ: 00.676.296/0001-65**
 - 4- Publicação de uma nota política (responsável: CSP-conlutas) e um card (responsável: SINASEFE) contra o fim do isolamento social e chamando a mobilização dos servidores federais contra as tentativas de reabertura precipitada dos órgãos públicos.
 - 5- Fortalecer as ações desenvolvidas pela Auditoria Cidadã da Dívida de pressão aos parlamentares contra a PEC 10/2020
 - 6- Levar o tema da MP 922/2020 para a reunião das assessorias jurídicas do FONASEFE.
 - 7- Enviar carta aos parlamentares sobre a necessidade de garantir o pagamento dos precatórios e se posicionando contrariamente às matérias que procuram adiar recebimento dos precatórios. (responsável: UNACON)
 - 8- *live* 30/04: “Os impactos das decisões do Congresso Nacional e o isolamento social”. Participantes: debatedor SINAIT, 1 senador(a) e 1 deputado(a), mediador: FASUBRA. Comissão de entidades para organizar a *live* da próxima semana, que pode ter seu horário modificado em função da participação do(a)s parlamentares: ASFOC, SINASEFE, FASUBRA. Responsável pelo *card* das *lives* SINASEFE.
 - 9- Organizar campanha virtual do FONASEFE sobre a taxaço das grandes fortunas. Aguardar a apresentação da campanha que será proposta pela comissão indicada na última reunião.
 - 10- Elaboração de roteiro e levantamento dos preços para produção de vídeo e *spot* do FONASEFE em defesa dos servidores e serviços públicos no enfrentamento a pandemia. (CSP-CONLUTAS, FASUBRA, FENAJUFE).
 - 11- Minuta da proposta de campanha de solidariedade do FONASEFE para ser discutido pelas entidades para definição na próxima semana:
 - A) A consigna “A VIDA ACIMA DOS LUCROS” deve ser o fio condutor das ações do FONASEFE ao combate à pandemia de COVID-19;
 - B) Em todas as atividades de solidariedade do FONASEFE, deve estar presente o recorte de classe, afinal, estamos numa campanha para salvar a vida da classe trabalhadora, do povo pobre e, para isso, é fundamental que nossa intervenção esteja ligada, *pari passu*, a uma campanha de conscientização de classe para derrotarmos o governo Bolsonaro e Mourão;
 - C) Devemos adotar uma política de exigência aos gestores dos serviços públicos, em trabalho voluntário, colocar a instituição pública a serviço do combate ao corona vírus;

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

ANDES-SN – ANFFA-Sindical – ASFOC-SN – ASMETRO-SN – ASSIBGE-SN - CGTB - CNTSS – CONDSEF – CSPB - CSP/CONLUTAS – C.T.B – CUT - FASUBRA - FENAJUFE – FENAPRF – FENASPS – INTERSINDICAL - PROIFES – SINAIT – SINAL - SINASEFE – SINDCT - SINDIFISCO-Nacional – SINDIRECEITA – SINTBACEN – UNACON-Sindical

- D) O FONASEFE orienta seus sindicatos de base a se engajarem nas ações de solidariedade de classe que estão sendo desenvolvidas em comum com outras organizações sindicais e movimentos sociais em todo Brasil;
 - E) O FONASEFE constituirá um fundo de R\$ 400.000,00 mensais durante o período de isolamento social para fortalecer a rede de solidariedade de classe fortalecendo ações já existente em defesas da vida da classe trabalhadora e do povo pobre desempregado;
 - F) A solicitação desse fundo para uso em atividades exclusivas de solidariedade deve ser feito por no mínimo três entidades diferentes que participam do FONASEFE e contribuiram com o fundo;
 - G) O FONASEFE formará uma comissão de três entidades que analisará cada solicitação de financiamento e definirá se fará o repasse dos recursos, baseados nos critérios estabelecidos pelo FONASEFE (item 2) e no limite financeiro mensal aprovado, bem como a execução e seu acompanhamento para posterior prestação de contas as Entidades;
 - H) Havendo casos de dissensão insuperável internamente, a Comissão deve apresentar a situação à plenária de entidades do FONASEFE.
- 12- Em anexo segue a nota política elaborada pela comissão e já com as inclusões das entidades para ser amplamente divulgada. Essa nota servirá de base para a elaboração do documento a ser enviado para os parlamentares.
- 13- Próxima reunião 28 de abril às 8h30min. As entidades devem enviar o e-mail do participante para marcos@andes.org.br para poder receber o link para a videoconferência.

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

ANDES-SN – ANFFA-Sindical – ASFOC-SN – ASMETRO-SN – ASSIBGE-SN - CGTB - CNTSS – CONDSEF – CSPB - CSP/CONLUTAS – C.T.B – CUT - FASUBRA - FENAJUFE – FENAPRF – FENASPS – INTERSINDICAL - PROIFES – SINAIT – SINAL - SINASEFE – SINDCT - SINDIFISCO-Nacional – SINDIRECEITA – SINTBACEN – UNACON-Sindical

ANEXO 1 – Informe da CONDSEF

Realizamos reunião da Direção Nacional e do Conselho deliberativo de entidades onde tivemos as seguintes deliberações:

- **reafirmamos participação das campanhas em andamento tais como a** Campanha de Valorização do Serviço Público: **“O Povo acima do lucro”**. **Estamos elaborando uma** Campanha em defesa dos trabalhadores do setor público e sua importância para o atendimento da sociedade;

- Entregamos ofício à Administração Pública Federal, bem como Estadual e Municipal (aproveitando da situação de servidores federais descentralizados), cobrando a testagem para o COVID-19 em todos os servidores (as) que estão em contato com a população na prestação dos serviços (especialmente da área da saúde), pois além de direcionar medidas de atenção à saúde desses servidores, evitará que os mesmos se transformem em disseminadores do coronavírus;
- Deliberamos ainda ampliar nossa capacidade de comunicação estreitando a rede entre a nossa assessoria de comunicação e imprensa com as assessorias das entidades filiadas, sempre com a direção das respectivas instâncias. A ideia é capilarizar e ampliar as questões centrais do movimento sindical dos SPFs em cada momento conjuntural, pois, nesse momento a valorização do papel dos serviços e servidores públicos (na saúde e demais setores) no enfrentamento a pandemia do COVID – 19; e a necessidade da urgente revogação da EC 95, inclusive, neste ponto, a Condsef/Fenadsef insistir, cobrar, influenciar junto à CUT e à Frente Brasil Popular. Que isto tenha prioridade como bandeira de luta de toda a classe trabalhadora;
- Estaremos juntamente com as nossas entidades filiadas confeccionando faixas, banner, cartazes, outdoor, com dizeres em defesa do SUS, dos profissionais de saúde que estão direta e indiretamente nos enfrentamentos e combates ao COVID-19, bem como as várias endemias como a dengue, a malária, etc.;
- Deliberamos o Apoio ao manifesto "TRIBUTAR OS RICOS PARA ENFRENTAR A CRISE" que foi construído pelos Auditores Fiscais pela Democracia (AFD), ANFIP, FENAFISCO e o Instituto Justiça Fiscal (IJF);

Outros Encaminhamentos Aprovados:

- 01) Defender a imediata aprovação do PL 744/2020, de autoria dos Deputados Carlos Veras (PT-PE) e José Ricardo (PT-AM), que aumenta o percentual do adicional de insalubridade dos trabalhadores da saúde que estão na linha de frente ao COVID-19, para o teto máximo de 40%, sobre os seus salários;
- 02) Que a Capesesp garanta aos associados que os pagamentos das suas parcelas da contribuição dos servidores sejam após o segundo dia útil de cada mês;
- 03) Demandar a abertura de espaços nos hotéis nos estados, para acolher os trabalhadores da saúde para que eles não precisem ir para casa;
- 04) Construir concessão de pensão específica para os beneficiários/dependentes dos trabalhadores (as) que vierem a óbito em função do COVID-19;
- 05) No sentido de se manter as tratativas entre as entidades sindicais, empregados e comissões da EBSERH, propomos que a empresa utilize o sistema da Rede Universitária de Telemedicina (Rute);

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

ANDES-SN – ANFFA-Sindical – ASFOC-SN – ASMETRO-SN – ASSIBGE-SN - CGTB - CNTSS – CONDSEF – CSPB - CSP/CONLUTAS – C.T.B – CUT - FASUBRA - FENAJUFE – FENAPRF – FENASPS – INTERSINDICAL - PROIFES – SINAIT – SINAL - SINASEFE – SINDCT - SINDIFISCO-Nacional – SINDIRECEITA – SINTBACEN – UNACON-Sindical

- 06) Reforçar o pedido da importância da participação dos empregados da EBSEH no Comitê de Crise que foi instituído pela empresa;
- 07) Solicitar que a EBSEH encaminhe para todas as superintendências esclarecimento a respeito do pagamento parcial do adicional de insalubridade, pois, em muitos locais de trabalho, estão colocando a responsabilidade do pedido para os empregados e precisa mudar o PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, LTCAT - Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho e o PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- 08) No PCMSO - que seja garantido a todos os empregados a testagem imediatamente e, logo após, a pandemia do COVID-19;
- 09) Implementar uma forma mais consistente de organização dos empregados da EBSEH, principalmente nos estados onde ainda não foram consolidadas essa organização de filiação desses empregados (**AL, AM, PA, PB, RJ, RN, e SP**);
- 10) Que as Entidades Filiadas informem para a Condsef/Fenadsef qual é a forma que estão trabalhando nesse período da pandemia do coronavírus (Presencial, Parcial, Teletrabalho, etc.);
- 11) Solicitar a assessoria jurídica da Condsef/Fenadsef que faça uma nota técnica sobre as consequências de os servidores (as) aderirem à aposentadoria especial depois da reforma da Previdência;
- 12) Eleições Capesesp 2020, as eleições para a nova direção da Capesesp serão realizadas nos dias 04 e 05 de Maio, para eleger o presidente, conselheiros fiscais e conselho deliberativo, foi inscrita uma chapa única, onde estão concorrendo vários companheiros da nossa base, as nossas entidades sindicais filiadas têm toda autonomia para apoiar ou não a chapa única;
- 13) Geap - A conselheira da Geap, Ivete Valentina, está tendo problemas de exercer o seu mandato legitimamente, bem como, sendo impedida de ter as condições legais das suas funções dentro do CONAD, ficou definido que a nossa assessoria jurídica dará todos os subsídios para que a companheira tenha os seus direitos resgatados;

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

- Dia 17/04: Reunião com o Deputado Federal, José Guimarães PT-CE;
- Dia 23/04: LIVE – Condsef/Fenadsef, Sinasefe e Maria Lúcia Fatorreli, com o tema “Todo o Serviço Público é Essencial” (em breve enviaremos horário e como acompanhar);
- Dia 13/05: Reunião videoconferência do CDE, das 14 às 17 horas;
- Reuniões da Diretoria Executiva da Condsef/Fenadsef todas as segundas-feiras, das 14 às 17 horas, por videoconferência.

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

ANDES-SN – ANFFA-Sindical – ASFOC-SN – ASMETRO-SN – ASSIBGE-SN - CGTB - CNTSS – CONDSEF – CSPB - CSP/CONLUTAS – C.T.B – CUT - FASUBRA - FENAJUFE – FENAPRF – FENASPS – INTERSINDICAL - PROIFES – SINAIT – SINAL - SINASEFE – SINDCT - SINDIFISCO-Nacional – SINDIRECEITA – SINTBACEN – UNACON-Sindical

ANEXO 2 – Nota política do FONASEFE sobre a pandemia da COVID-19.

NOTA DO FONASEFE SOBRE A PANDEMIA DA COVID-19

A pandemia provocada pela COVID-19 no mundo todo evidenciou a crise estrutural do capital e o papel que os Estados nacionais vêm cumprindo para salvar a economia. Evidenciou, que a prioridade do poder público, a partir da agenda neoliberal e ultra-liberal, tem sido a prioridade dos lucros, do mercado, dos bancos e não as políticas públicas e sociais.

Justamente nesse momento de calamidade, em que o Estado é chamado a dar respostas rápidas e eficientes, que se desnuda a ausência de investimento nas políticas públicas como saúde, pesquisas, assistência social, saneamento, habitação, transporte público, segurança, etc. No momento que mais se precisa da intervenção do Estado, assistimos a países inteiros, como é o caso dos Estados Unidos, sem sistema público de saúde e com sua assistência social privatizada, tornando-se o país com mais mortes em todo o mundo.

No Brasil, a face liberal e ultra-liberal, se revela no sub-financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e no desmonte do tripé da Seguridade Social conquistado na Constituição de 1988 (CF/88). A previdência não é mais para todos(as), o SUS está sendo desmontado e a assistência social se resume a programas insuficientes até mesmo para aliviar a pobreza.

Nesse momento de pandemia, aliado ao sub-financiamento e desmonte das políticas públicas, tanto materialmente como ideologicamente, com campanhas difamatórias que afirmam que o funcionalismo público onera o Estado e é ineficiente, encontramos um país despreparado para combater a pandemia.

Mas do que o despreparo das políticas públicas, que se revela na ausência de equipamentos de proteção para os profissionais da linha de frente, na falta de estrutura da rede pública de saúde, na ausência de programas de assistência social, vivenciamos, mais uma vez, a prioridade do Estado em “salvar” os empresários e banqueiros. Os lucros se colocam a frente da vida, e o chefe maior da nação, conclama a população a voltar a trabalhar. Aliado a essa posição, parte do Congresso Nacional vislumbra como alternativa para combater a pandemia reduzir o salário do funcionalismo público, em uma explícita amostra de desvalorização do(a)s que hoje estão na linha de frente do combate à crise de saúde.

Em meio ao isolamento social, gerado pela pandemia, uma parte do Congresso e o Executivo, buscam formas de retirar ainda mais direitos dos/as trabalhadores/as. Ao alterar o rito de votação do Congresso Nacional, o parlamento garante seu salvo conduto para votar, em nome do combate à pandemia, uma série de ações, entre as quais, aquelas que podem vir a retirar direitos dos servidores/as públicos/as e dos trabalhadores/as da iniciativa privada, do qual é exemplo a MP 927/2020. A votação da PEC 10/2020 foi um ensaio, que trouxe como “jabuti”, o salva guarda dos bancos, ao garantir que o poder público possa comprar qualquer tipo de título, permitindo que especuladores, que sempre lucraram com a desigualdade, agora não venham a sofrer prejuízos com a crise

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

ANDES-SN – ANFFA-Sindical – ASFOC-SN – ASMETRO-SN – ASSIBGE-SN - CGTB - CNTSS – CONDSEF – CSPB - CSP/CONLUTAS – C.T.B – CUT - FASUBRA - FENAJUFE – FENAPRF – FENASPS – INTERSINDICAL - PROIFES – SINAIT – SINAL - SINASEFE – SINDCT - SINDIFISCO-Nacional – SINDIRECEITA – SINTBACEN – UNACON-Sindical

Nos servidores e servidoras públicos, exigimos que as respostas para o combate a pandemia sejam outras. Que os serviços e servidores/as públicos/as sejam valorizados e que isso seja realizado através de investimento público. Que as pesquisas e a saúde pública sejam estruturadas, de forma emergencial, para combater a pandemia.

Exigimos a revogação da EC/95 seja revogada, da reforma trabalhista e da reforma da previdência, que se aprove uma reforma tributária que taxe os ricos e não castigue o(a)s trabalhadore(a)s, que as grandes fortunas sejam tributadas, que o pagamento dos juros da dívida pública seja imediatamente suspenso e que seja realizada uma auditoria da dívida pública, que seja garantida a imediata suspensão de todas as atividades que não são essenciais, com a manutenção dos salários em todos os setores.

É hora de ampliarmos a solidariedade e garantir a vida, em especial dos segmentos mais pauperizados da população como os moradores de periferias, negros e negras, mulheres, idoso(a)s, povos indígenas e ribeirinho(a)s, sub-empregado(a)s e desempregados, moradores em situação de rua, entre outros. Todas as vidas importam!

Para combater a pandemia, precisamos de um programa emergencial mínimo, que garanta:

- Direitos do(a)s trabalhadore(a)s: proibição de demissões; manutenção de todos os benefícios; fechamento das fábricas e comércios não essenciais; suspensão da conta de luz, IPTU e água; congelamento do refinanciamento da dívida das famílias via Caixa Econômica Federal; congelamento de preços dos alimentos e remédios de primeira necessidade.
- Investimentos em saúde: recursos para o SUS; distribuição gratuita de álcool em gel e produtos de limpeza; higienização de espaços públicos; produção de equipamentos de proteção para os profissionais da saúde; contratação de profissionais de saúde; produção em massa de equipamentos hospitalares voltados para a pandemia; testagem em massa do coronavírus; utilização da estrutura da rede privada de saúde para acolher gratuitamente as pessoas que necessitam de atendimento.
- Programas de renda mínima: ampliação do Bolsa Família; salário mínimo para trabalhadore(a)s informais; licença remunerada; prorrogação do seguro desemprego enquanto durar o isolamento social; imediato pagamento de aposentadoria para os que já haviam ingressado no INSS.
- Aumento imediato da arrecadação: taxaço das grandes fortunas; suspensão do pagamento dos juros da dívida pública; taxaço de banqueiros e grandes empresários.
- Proibição de redução salarial de servidore(a)s público(a)s e de trabalhadore(a)s da iniciativa privada.
- Fornecimento, por parte do empregador, das condições necessárias para a realização do trabalho remoto.
- Por meio dos bancos públicos, garantir apoio financeiro a todas pequenas e micro-empresas ameaçadas pela crise.
- Determinação para utilização de prédios públicos e privados, sem utilização, para atendimento à população em situação de rua.
- Retomada dos investimentos públicos para gerar emprego e renda, a começar pela saúde pública (construção de hospitais, ampliação dos leitos, contratação de servidores etc.) e saneamento básico.
- Retirada das propostas de desvinculação orçamentária, PEC Emergencial 186, Reforma Administrativa, privatizações e demais medidas que tiram direitos trabalhistas e sociais. Pela Manutenção da decisão do Congresso sobre o Benefício de Prestação Continuada.

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais

ANDES-SN – ANFFA-Sindical – ASFOC-SN – ASMETRO-SN – ASSIBGE-SN - CGTB - CNTSS – CONDSEF – CSPB - CSP/CONLUTAS – C.T.B – CUT - FASUBRA - FENAJUFE – FENAPRF – FENASPS – INTERSINDICAL - PROIFES – SINAIT – SINAL - SINASEFE – SINDCT - SINDIFISCO-Nacional – SINDIRECEITA – SINTBACEN – UNACON-Sindical

- Pela imediata revogação da EC/95 (teto dos gastos), taxaço das exportações dos estados com o devido repasse e o fim da “regra de ouro”.

A vida acima dos lucros! Em defesa dos Serviços e Servidores Públicos para combater a pandemia do coronavírus.